

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 11/13

Às 9 horas, do dia 23/08/2013, nas dependências da Prefeitura Municipal de Candelária, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria Nº 1209/12, de 31/12/12, do Senhor Prefeito Municipal, composta pelos seguintes membros:

CARINE CARVALHO WAGNER	PRESIDENTE
JONAS HAETINGER	Membro
ROSANE MARIA VIEIRA LARGER	Membro
TIAGO CARDOSO MENEZES	Suplente
MELISE WOLLMANN	Suplente
FABIO STEIL	Suplente

Atuaram nesta reunião a presidente CARINE CARVALHO WAGNER e os membros JONAS HAETINGER e ROSANE MARIA VIEIRA LARGER, para proceder com a abertura e análise da habilitação das empresas interessadas na Concorrência 11/2013, que tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS UNITÁRIOS PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, LIMPEZA, COPA E COZINHA**. A Senhora Presidente da Comissão deu início aos trabalhos, com a abertura dos envelopes contendo a documentação de qualificação das empresas interessadas, que são as seguintes:

ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA. - EPP
BIG COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA. - ME
BR MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA. - EPP
DAGEAL – COMÉRCIO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA. - ME
D.F. SCHUNKE INFORMÁTICA - ME
GABRIELA TORRES RAUBER - ME
FINATTO – COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.
FRANCIELI GOTTARDO CARESIA - ME
IVANEZ CORREA & CIA. LTDA. - ME
JOSIANE DE OLIVEIRA - ME
J.P. CAVEDON SOARES - ME
LEXBEMARK COMÉRCIO LTDA. - EPP
LINAMAR ALBAN - ME
KOZOROSKI & PALMEIRO LTDA. - ME
PROQUILL PRODUTOS QUÍMICOS DE LIMPEZA LTDA. - EPP
SUPERMERCADO SACOLÃO VERDE LTDA. - ME
VENER PEREIRA DE SOUZA - EPP

Participaram da sessão os representantes das empresas ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA. – EPP, LEXBEMARK COMÉRCIO LTDA. – EPP, SUPERMERCADO SACOLÃO VERDE LTDA. - ME e a integrante do CI, Geovana Zuchetto. Abertos os envelopes, analisados e rubricados os documentos, a Comissão verificou que a empresa ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA. – EPP apresentou a prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual vencida, estando a habilitação da referida empresa condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame, em conformidade com o item 3.5, do Edital. A empresa DAGEAL – COMÉRCIO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA. - ME foi inabilitada porque não apresentou a Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, tendo apresentado, erroneamente, Certidão Judicial Cível Negativa onde consta somente negativa de distribuição de ação cível, descumprindo o item 3.3.2, do Edital. A empresa D.F. SCHUNKE INFORMÁTICA – ME foi inabilitada no certame, porque apresentou o Balanço Patrimonial sem o número de registro no órgão competente – Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, descumprindo o item 3.3.1, do Edital. A empresa FRANCIELI GOTTARDO

CAREZIA – ME foi inabilitada no certame, por não apresentar a prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), descumprindo o item 3.2.4, do Edital. A empresa IVANEZ CORREA & CIA. LTDA. - ME apresentou o Balanço Patrimonial vencido, descumprindo o item 3.3.1, do Edital, estando, por este motivo, inabilitada. A empresa KOZOROSKI & PALMEIRO LTDA. -ME foi inabilitada porque não apresentou a prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), a prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, o Balanço Patrimonial, nem a declaração de fornecimento de bens de iguais características aos que se encontram descritos no Anexo I, do Edital, descumprindo os itens 3.2.1, 3.2.2, 3.3.1 e 3.4.3, respectivamente, do Edital; também, apresentou a prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) vencida e a prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas) com o CNPJ de outra empresa, descumprindo os itens 3.2.4 e 3.2.5, respectivamente, do Edital. A empresa VENER PEREIRA DE SOUZA – EPP foi inabilitada porque não apresentou a prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e apresentou a prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) vencida, descumprindo o item 3.2.4, do Edital; ainda, apresentou as Declarações, conforme itens 3.4.1, 3.4.2 e 3.4.3, sem as devidas assinaturas. As demais empresas estão habilitadas. Fica aberto o prazo para recurso, conforme prevê o artigo 109, da Lei 8.666/93. Nada mais havendo a tratar, após lida e aprovada, será assinada e encerrada a presente ata.